

A EPISTEMOLOGIA CRÍTICA E OS MOMENTOS DA PESQUISA: uma proposição para os Estudos Organizacionais.

Autoria: José Henrique de Faria

Resumo

O objetivo deste estudo é propor, a partir de uma Epistemologia Crítica, um procedimento metodológico que explicita os três momentos fundamentais de toda a pesquisa orientada por tal epistemologia. Não se trata de um roteiro a ser seguido, mas de uma reflexão sobre a forma processual de ação do pesquisador que tem a finalidade de orientá-lo em sua prática de maneira que este possa compreendê-la. A proposição dos três momentos da pesquisa em uma Epistemologia Crítica para os Estudos Organizacionais procura sugerir que toda a pesquisa, nesta dimensão, é um processo que tem o real como primazia e que a relação do sujeito pesquisador com o concreto não é direta, imediata, simples e definitiva. Há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade que o mesmo estuda para que este possa apreendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória e não apenas em sua aparência fenomênica.

Palavras-Chave: Epistemologia Crítica; Momentos da Pesquisa; Estudos Organizacionais

Introdução

Os epistemólogos da ciência tiveram que aceitar, para usar uma expressão de Engels (1979), que a filosofia que foi expulsa da casa da ciência pela janela, entrou pela porta. Ora, se a ciência não necessitava da filosofia para evoluir (já que o que possuía eram técnicas, métodos, experimentos e testes), era porque ela admitia uma teleologia, ou seja, admitia que ela fosse uma teoria das causas finais. Dito de outro modo, admitia que fosse um conjunto de especulações cujo objetivo era alcançar o conhecimento da finalidade dos fenômenos de maneira abstrata. Deste modo, a ciência da ciência pretendia ser uma unidade do saber.

Como afirma Lecourt (1980, p. 11), dizer que uma ciência da ciência é possível significa, além disso, afirmar que a “ciência” pode revelar, pela simples reflexão sobre si própria, as leis de sua constituição, isto é, de seu funcionamento e formação. Consiste em afirmar que o discurso científico tem a virtude intrínseca – e excepcional – de poder enunciar, por si próprio, sem sair de si, os princípios de sua própria teoria e seus métodos e procedimentos. Noutros termos, o “discurso científico”, soberanamente autônomo, não teria de dar contas a ninguém e construir-se-ia sem choques nem obstáculos, no espaço da pura cientificidade por si próprio instituído, arranjado e delimitado.

A inexistência de obstáculos, na concepção de Lecourt (1980, pp.11-12), se dá porquanto qualquer obstáculo seria, desde logo, localizado, enunciado e, por direito, superado pelo próprio discurso científico implícito, mantido consigo mesmo, em seu *foro íntimo* e que só ele pode esclarecer, como e quando desejar. A consequência imediata deste processo autorregulador é que se são as leis do próprio discurso científico que determinam o seu desenvolvimento, seus métodos e procedimentos e se o mesmo não tem obstáculos, *a conclusão do saber é sempre possível, bastando apenas remover algumas dificuldades meramente formais que, momentaneamente constituem um entrave*. Tudo não passa de uma questão puramente técnica, em que a história da ciência é apenas um desenvolvimento, uma evolução que “conduz o conhecimento do erro à verdade” e em que “todas as verdades se medem pela última que aparece” (LECOURT, 1980, p. 12).

A ciência, assim, demanda uma vigilância que só pode ser epistemológica e, por conseguinte, uma prática metodológica que lhe corresponda. De maneira geral, epistemologia pode ser conceituada como o estudo científico e filosófico do conhecimento que têm por objeto o saber científico, filosófico, cultural, social e técnico, visando a explicar os seus condicionamentos (históricos, sociais, lógicos, matemáticos ou linguísticos), organizar e sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos e avaliar os seus resultados e aplicações. A epistemologia é, em essência, crítica, mas nem toda epistemologia é uma Epistemologia Crítica quando se trata de sua prática.

Geralmente, alhures, se entende que uma pesquisa científica necessita de coerência teórica. De fato, mas esta concepção remete ao mesmo problema, ou seja, a coerência teórica é garantida pela própria teoria, que se afirma em si mesma. Trata-se da teoria dando os contornos de sua coerência a si mesma a partir de seus próprios pressupostos. Do mesmo modo que ocorre com a ciência a garantia da coerência teórica demanda uma orientação epistemológica. É a dimensão epistemológica que confere à teoria sua coerência. Isto porque toda epistemologia possui uma metodologia que lhe corresponde.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é propor, a partir de uma Epistemologia Crítica, um procedimento metodológico que explicita os três momentos fundamentais de toda a pesquisa orientada por tal epistemologia. Não se trata de um roteiro a ser seguido, mas de uma reflexão sobre a forma processual de ação do pesquisador que tem a finalidade de orientá-lo em sua prática de maneira que este possa compreendê-la. Esta proposta decorre da prática de mais de três décadas de pesquisa e publicações, de orientações de quase cinquenta dissertações e teses e da produção coletiva do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq desde 2002. Este conjunto de produções é, desta forma, o campo empírico que autoriza estas reflexões que, como tais, estão em processo de desenvolvimento.

1. A Epistemologia Crítica

Os Estudos Organizacionais recorrem, necessariamente, a várias disciplinas: administração, economia, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, política, filosofia, saúde, engenharia (com destaque para a ergonomia), entre outras. Sendo assim, são estudos multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares. Nesta reflexão parte-se de uma concepção interdisciplinar por esta ser, antes de qualquer coisa, uma atitude e uma práxis científica, filosófica, técnica e pedagógica dos sujeitos pesquisadores individuais e coletivos, em torno de uma epistemologia e metodologia que integram as diversas disciplinas em um mesmo corpo teórico. Trata-se, portanto, de uma unidade, na qual as categorias de análise, os conceitos e concepções originárias das disciplinas diversas atuam ao mesmo tempo, simultaneamente, na produção e desenvolvimento do conhecimento.

Neste contexto da interdisciplinaridade, do ponto de vista da ciência a epistemologia deve ser referida como estudo científico e filosófico do conhecimento produzido pela ciência, pela cultura, pela filosofia e pela tecnologia. Assim, a epistemologia não se ocuparia de quaisquer conhecimentos, mas daqueles que têm por objeto o saber científico, cultural, técnico e filosófico. A epistemologia, deste modo, estuda estes saberes baseada na vigilância recíproca que ciência e filosofia fazem uma sobre a construção e produção da outra. Quebra-se, aqui, a fórmula da partenogênese, pois em todos os casos há uma crítica externa. Deste modo, portanto, a epistemologia deve ser reconhecida e referida como o estudo sistemático do conhecimento, que se vale tanto da ciência quanto da filosofia em suas diversas disciplinas.

Epistemologia Crítica, em consequência, é o estudo científico e filosófico do conhecimento que têm por objeto o saber científico, técnico, cultural e filosófico de um conjunto autônomo e crítico de práticas (ações) e saberes conscientes baseados em instâncias integradas de mediação (objeto↔sujeito), que sejam: (i) não dogmáticas ou absolutas, mas flexíveis e coletivas, em que todo o objeto do conhecimento pode ser matéria (princípio), instrumento (meio) e produto ou forma (fim); (ii) sem conteúdos prévios, mas construídas através da sistematização das suas relações, do esclarecimento dos seus vínculos, da avaliação dos seus resultados e aplicações; (iii) não hierarquizadas, em que o objeto e o sujeito do conhecimento são mediados e mediadores, em que a alternância e a polivalência do objeto e do sujeito no que se refere à mediação é uma regra e não uma exceção; (iv) baseadas no primado do real concreto sobre o real pensado, com uma necessária integração dinâmica e contraditória entre ambos.

A questão central de toda epistemologia, no sentido mencionado, é: como o conhecimento científico, técnico, cultural e filosófico se produz? Deste modo, a epistemologia se ocupa do método, dos procedimentos, das formas de produção do conhecimento. Existem dois condicionantes principais da produção do conhecimento que se encontram em um nível pré-epistemológico. Nesta linha de raciocínio, pode-se afirmar, com Bachelard (2006), a partir de seu conceito de vetor epistemológico, que os dois polos extremos que constituem os paradigmas iniciais pré-epistemológicos a partir dos quais se move a epistemologia são:

i. Empirismo ou experimentação: a origem do conhecimento provém unicamente da experiência. O conhecimento decorre da redução do ser ou do objeto ao pensamento.

ii. Racionalismo: o real é plenamente cognoscível pela razão ou pela inteligência e não pela intuição, pela vontade, pela sensibilidade, etc. A origem do conhecimento é determinada por princípios racionais, inatos ou a priori, ainda que se possa condicionar a validade do seu uso à disponibilidade de dados empíricos.

Estes polos, de certa maneira, encontram-se, respectivamente, na raiz da filosofia materialista de Aristóteles e na filosofia idealista de Platão. De acordo com Grayling (1996):

O paradigma de conhecimento para os racionalistas é a matemática e a lógica, onde verdades necessárias são obtidas por intuição e inferência racionais. Questões sobre a natureza da razão, a justificação da inferência e a natureza da verdade, especialmente da verdade necessária, pressionam para serem respondidas. O paradigma dos empiristas é a ciência natural, onde observações e experimentos são cruciais para a investigação. A história da ciência na era moderna dá sustentação à causa do empirismo; mas precisamente por esta razão, questões filosóficas sobre percepção, observação, evidência e experimento têm adquirido grande importância.

A noção de totalidade, na perspectiva da Epistemologia Crítica, não se refere ao conhecimento total e completo do objeto, mas à recusa à fragmentação. É neste sentido que se afirma que o caráter específico da contradição não é absoluto e não tem sentido quando separado da totalidade. A totalidade é gnosiológica e não a totalidade da apreensão integral do objeto. O específico não tem valor senão em relação à totalidade gnosiológica, na medida em que ambos são inseparáveis. Esta categoria da totalidade compreende a relação do simples para o complexo. Para Marx (1974), o método que analisa os fatos sem investigá-lo em sua totalidade, em suas contradições e movimentos, termina por propor leis universais abstratas aplicáveis a quaisquer casos. De acordo com Marx (1977), os fatos não são coisas concretas dadas imediatamente aos sentidos, pois sua concretude existe apenas dentro da totalidade específica: neste sentido, os fatos

precisam ser mediados pela consciência e pela práxis humana para serem apreendidos como tais e não em sua aparência ou superficialidade.

A essência do método de Marx é que a análise social consiste em um vaivém constante entre as partes e o todo. Não simplesmente um movimento em uma só direção, mas em ambas; não uma simples interação, mas complexa, dinâmica e contraditória. A parte não pode ser retirada do todo para ser examinada em separado dele e depois, mecanicamente, inserida novamente na análise: os fatos empíricos devem estar integrados na totalidade ou vão permanecer abstratos, superficiais e teoricamente enganadores.

Epistemologicamente, enquanto para os idealistas é o pensamento que cria a realidade, sendo esta a manifestação exterior da ideia, para a Epistemologia Crítica o objeto é o mundo material e a contradição é histórica e social: é o mundo material que é dialético, que está em constante movimento, sendo que historicamente as mudanças decorrem das contradições surgidas a partir do processo de produção social. A dialética apresenta-se também na relação objeto↔sujeito, a qual nem é separação absoluta e nem ligação imediata, mas separação sempre ao mesmo tempo renovada e suprimida, de maneira a ser finalmente conciliada através de mediações sucessivas. A primazia é assim, do real e é na dialética objeto↔sujeito que o real concreto, através de mediações sucessivas, se concilia consigo mesmo na forma de real pensado. Portanto, a supressão da separação objeto↔sujeito não é a supressão do próprio objeto e da objetividade do sujeito, mas a afirmação da dialética de uma relação dinâmica e tensionada.

A Epistemologia Crítica, portanto, recusa a epistemologia idealista segundo a qual o movimento se encontra em um universo transcendente ao movimento real, concepção esta que destrói a autonomia do movimento da realidade para reassumi-lo em seguida, no plano da subjetividade, como ideia. Para a Epistemologia Crítica, a primazia é do real porque é no próprio movimento do real que “o princípio do movimento se exprime total e integralmente. Porque se dá no interior da situação, o movimento atinge a situação. Porque se dá no ser, é movimento do ser” (CALVEZ, 1959). Esta relação dinâmica objeto↔sujeito ou matéria↔consciência, mediada pelo pensamento, é a forma de se apropriar do real concreto como real pensado, não permitindo a fuga do pensamento como um elemento exterior e anterior à relação¹. Para a Epistemologia Crítica, o método que concede ao pensamento exteriorizar-se para reconstruir e para colocar movimento no objeto, não tem nenhuma outra existência além das próprias categorias definidas pelo pesquisador. Tal método somente pode ser útil como filosofia da abstração ou filosofia da ideia. É por esta razão que, como aponta Calvez, (1959), para o método dialético na perspectiva da Epistemologia Crítica o conhecimento da matéria jamais é definitivo, absoluto e total. O objeto pensado é necessariamente uma abstração, uma redução do real ao pensamento. Assim, o conhecimento é sempre relativo às condições (i) internas, objetivas e subjetivas, do sujeito pesquisador, (ii) do método e dos instrumentos utilizados para a apropriação; (iii) do objeto, sejam ontológicos ou gnosiológicos; (iv) do estágio do conhecimento científico disponível; e (v) do conjunto das relações objetivas (econômicas, jurídico-políticas, ideológicas, culturais e sociais) e intersubjetivas presentes no plano histórico e social investigado.

A pesquisa, assim, não se realiza de forma automática, direta e simples. Toda a pesquisa comporta momentos distintos, porém integrados, em seu processo de realização. Tais momentos não se reduzem a contatos e tampouco à quantidade de vezes em que o sujeito pesquisador estabelece relações com o objeto de sua pesquisa, mas às formas como estas relações se desenvolvem e se transformam. São, de fato, momentos caracteristicamente distintos e integrados de apropriação do real pelo pensamento a

partir do real. Cada momento da pesquisa, como se verá adiante, é constituído de um conjunto de ações interativas entre o pesquisador e o seu objeto e não há uma sucessão predefinida de eventos tais que de um momento a outro haja uma passagem linear, natural e automática. Não existem, portanto, medidas, indicadores, modelos e orientações operacionais da “passagem” de um momento a outro na produção do conhecimento científico. Este movimento é dinâmico, complexo e contraditório, decorrente da adequação do desenvolvimento do processo de pesquisa aos objetivos da investigação, ao problema investigado e às limitações condicionantes de todo o processo de investigação. O pesquisador evolui de um momento a outro quando supera as limitações de cada momento anterior, porém não de forma sucessiva, pois não existe qualquer garantia de que a partir das ações interativas do sujeito pesquisador com o objeto, não haja necessidade de se voltar ao entendimento de determinados elementos constitutivos da fase anterior.

Todos os momentos são marcados por uma dinâmica dialética na relação objeto↔sujeito, através de uma tensão entre contrários em cada unidade categorial. Para efeitos de distinção, pode-se denominar estes momentos de (i) pré-sincrético, (ii) sincrético e (iii) sintético, conforme exposto detalhadamente adiante. Por ora, é necessário indicar que a passagem de um momento a outro decorre da superação das contradições naquele momento (naquela unidade de contrários) que se sintetizam no momento seguinte (do pré-sincrético ao sincrético e deste ao sintético). O terceiro momento, contudo, longe de se tornar a verdade absoluta sobre o objeto, distante de ser a tese das teses, mostra dialeticamente que as certezas contêm dúvidas, que o definitivo é provisório, que a totalidade é relativa e que o conhecimento produzido pelo sujeito sobre o objeto é apenas um estágio de um processo indefinido.

Para a Epistemologia Crítica, o sujeito somente se constitui plenamente como sujeito na produção de suas condições materiais de existência, de maneira que a mediação entre o real e a consciência é sempre realizada pelo pensamento em condições específicas ou em *locus* de mediação:

- i. A mediação pelo pensamento se dá através das atividades relativas às práticas da produção das condições materiais de existência;
- ii. A mediação do pensamento pela prática política se dá pelas ações de intervenção dos sujeitos na realidade social com a finalidade de lhe dar direção, de intervir em sua condução de forma ativa;
- iii. A mediação do pensamento pela organização se dá pelas vinculações que os sujeitos coletivos obrigatoriamente fazem, formal ou informalmente, com associações (políticas, sindicais ou de outra natureza, inclusive de lazer), escolas e empreendimentos (heterogeridos ou autogeridos), pois é próprio dos sujeitos coletivos o estabelecimento de vínculos sociais comuns;
- iv. A mediação do pensamento pelas instituições se dá pela aceitação social relativa ao conjunto de regras, valores éticos e morais, elementos da cultura, crenças, mitos e configurações simbólicas e imaginárias.

É da interação complexa, dinâmica e dialética do sujeito com o real, nos limites dados por este, pelo próprio sujeito, pelos meios de produção do conhecimento e pelo conhecimento humano historicamente acumulado e acessível, que se vão desenvolvendo os modos de apreensão e construção do conhecimento e de construção da lógica formal e abstrata com os quais o sujeito individual se relaciona com o mundo. Estes modos se encontram em constante renovação, desenvolvimento e mesmo em transformação, embora a transformação de um modo de apreensão em outro não seja uma atividade comum ou regular para este sujeito.

As estruturas do sujeito e do real não são estáticas. Ambos estão em constante movimento, de forma que a percepção do sujeito sobre o real varia conforme se desenvolvem suas estruturas e seus modos de construção do conhecimento e conforme se processa a dinâmica do real. Do ponto de vista científico, a percepção do objeto, a elaboração intelectual sobre o mesmo, com suas classificações, ordenamentos e concepções, não se trata ainda de teoria, mas de conhecimento. Conhecer é agir sobre a realidade ou sobre dados abstratos e integrá-los, com a mediação do pensamento reflexivo, às próprias estruturas mentais, enquanto a formulação de teoria exige procedimentos e requisitos metodológicos oriundos da epistemologia.

É importante observar, todavia, que apesar das diferenças individuais, a centralidade da construção do conhecimento não está no indivíduo, mas no coletivo. Há um limite no desenvolvimento do saber, o qual é sempre passível de ser superado, mas que estabelece de pronto uma fronteira. Tal limite é justamente o fato de que o conhecimento humano é coletivo, é uma construção coletiva e, portanto, histórica e social. Dito de outra forma, a condição de construção do conhecimento individual pertence, obviamente, ao indivíduo em sua interação com o meio físico (material) e social (das relações entre os sujeitos) e em sua capacidade de construção da lógica abstrata. Sem esta interação não há possibilidade de construção do conhecimento e da lógica. Mas o conhecimento individual pertence ao conhecimento coletivo, não apenas porque é elaborado em uma condição histórica e social, mas igualmente porque o limite dado do conhecimento individual (que pode, é e deve ser ultrapassado) é exatamente o conhecimento coletivamente construído, ainda que parte do mesmo não esteja disponível de forma organizada e sistematizada.

Para a concepção de epistemologia enquanto estudo do conhecimento, o saber desenvolvido pela ciência, pela filosofia, pela cultura e pela tecnologia apenas estabelece limites permanentemente reconstruídos do conhecimento humano. Entende-se que o conhecimento da realidade é relativo, provisório, com vários significados e interpretações. Isto se opõe à visão empirista e idealista da construção do conhecimento, as quais decorrem de uma crença iluminista no poder e na infalibilidade da ciência, a qual teria todas as respostas e abrangeria todo o saber socialmente importante. Para a Epistemologia Crítica, ao contrário, o conhecimento humano excede o conhecimento científico, não apenas pelo simples motivo tautológico de que o conhecimento científico é conhecimento humano, mas porque a ciência não consegue apropriar-se totalmente do conhecimento social.

O conhecimento é cumulativo, porém não justaposto, e só se transforma através de um processo contínuo de renovação crítica, de recusa à reprodução, de resistência ao dogmatismo, à sacralização e à transformação dos saberes, inclusive ou principalmente os teóricos, em crenças míticas ou religiosas. Transformações contínuas acumuladas resultam, de uma perspectiva temporal não regular e não previsível, em saltos qualitativos, em rupturas paradigmáticas ou epistemológicas, em novas e revolucionárias teorias. Mesmo que estas sejam propostas ou defendidas por indivíduos e representem um avanço no limite de uma área do conhecimento humano acumulado, que indiquem uma transposição de uma determinada fronteira, isto não significa que seja uma transposição individual. Dito de outra maneira, mesmo que o produto seja individual, a produção será necessariamente coletiva, pois o produtor, neste momento, não é senão um sujeito que, pelas suas condições diferenciadas, é capaz de organizar, sistematizar e transmitir o que o coletivo desenvolveu em potência.

A produção do conhecimento científico, como parte diferenciada e específica do conhecimento humano em razão das suas condições de produção, é, portanto, um

processo evolutivo e contínuo de acumulação e renovação quantitativa e qualitativa de saberes (KOYRÉ, 1982), sejam os mesmos reconhecidos e validados por uma comunidade academicamente constituída, de acordo com regras e procedimentos por ela formulados, sejam os mesmos socialmente aceitos por seus efeitos nas práticas coletivas. Entretanto, o processo de construção do conhecimento não é mera evolução acumulada e contínua, pois se desenvolve social e historicamente, ou seja, é condicionado reflexivamente pela produção das condições materiais (objetivas e subjetivas) de existência da humanidade.

Para apropriar-se do real concreto, especialmente no desenvolvimento do conhecimento científico, o sujeito toma como ponto de partida este real e não a ideia que tem sobre ele. O real concreto é levado para o pensamento como reflexão, indagação, tensionamento, dúvida, elaboração, enfim, é tomado como abstração até que se torne real pensado, até que o sujeito seja capaz de reproduzir o real concreto pela via do pensamento como real pensado. O ponto de partida é o ponto de chegada, não mais como real concreto, mas como concreto pensado.

Tem-se, então, a forma de construção do conhecimento. Esta é a condição do sujeito individual e coletivo de, partindo do real concreto, assimilar este real (abstração), de forma a acomodá-lo em categorias de análise provocadas pelo real, de maneira a elaborar conceitos ou mesmo um esquema de interpretação conceitual produzido pelo pensamento (real pensado) aliado à condição de compreensão da dinâmica do real, a qual é capaz de romper o próprio real pensado, por resistir à sua forma (superação dogmática), e provocar uma nova interpretação (renovação do real pensado).

2. Primazia do Real ou da Ideia? O método na pesquisa

A inteligência social coletiva jamais conseguiu dar conta de todos os problemas e fenômenos naturais e/ou sociais. Este não é um problema apenas da ciência hodierna. Em seu limite, a ciência pode indicar momentos e tendências que se encontram em elaboração no processo atual. O conhecimento do real concreto não é definitivo, ainda que possa ser duradouro. Desta forma, é tão importante escapar da simples repetição do que a ciência já domina, quanto de uma concepção pré-conceitual, na qual o pesquisador define o esquema teórico pressuposto com o qual deseja entender a realidade antes mesmo de se defrontar com esta. Nesta mesma forma, o pesquisador também define as categorias de análise (as variáveis) através de um esquema teórico já dado, ou seja, inicia sua análise de um ponto de partida pré-categorizado. Esta opção é um limite que se encontra estabelecido não pelo objeto, mas pelo próprio sujeito pesquisador que ao escolher antes a teoria, os conceitos, as variáveis e os procedimentos de coleta e tratamento de dados para depois escolher o campo empírico (o real), desde logo define a forma de acessar ao campo empírico nos limites previamente decididos.

As deficiências encontradas pelo pesquisador em cada etapa de pesquisa dizem respeito ao próprio objetivo da investigação, à questão de pesquisa e às limitações teóricas, técnicas e do campo empírico, entre outros motivos que devem ser rigorosa e permanentemente avaliados pelo sujeito pesquisador. Trata-se, então, de detalhar cada uma das etapas. Contudo, quando o pesquisador define, em seu gabinete de pesquisa, o referencial teórico e os instrumentos de coleta de dados *a priori*, independentemente do objeto que deseja investigar, o mesmo encontra-se submetido ao racionalismo, ao idealismo. Ao confrontar sua ideia, segundo seu método, com a realidade examinada, fatalmente tenderá a encontrar o que pretendia ter encontrado antes mesmo de encontrá-lo, positiva ou negativamente, confirmando ou negando sua “hipótese”. Deste modo, o objeto, a matéria, dificilmente oferecerá resistência ao esquema, ao método e à

consciência. O pesquisador, desta forma, também jamais poderá apreender o real de uma forma mais aproximada do que aquela que já estava delimitada anteriormente. Pouca coisa poderá sair deste *script* previamente ensaiado. Se acontecer de o sujeito pesquisador perceber que o real tem mais a dizer do que o esquema de apreensão idealmente concebido ou que o que tem a mostrar possui um formato diferente do que aquele previsto na estampa teórica racionalizada no seu gabinete, seu próprio procedimento o levará a buscar recortar a realidade para fazê-la caber no esquema previamente montado ou manipular o formato do esquema, não para ampliá-lo, mas simplesmente para ajustá-lo à realidade encontrada. Isto ocorre porque desde o início a captura do real estava antes na ideia do que na relação entre o real e a ideia, entre a matéria e a consciência, entre o objeto e o sujeito.

A captação imediata do real, na perspectiva de Bachelard (2006, p. 17), atua como um dado confuso para o sujeito, uma captação fenomenológica provisória e convencional, que necessita ser “inventariada” e “classificada”. É a reflexão sobre o objeto que dará sentido ao fenômeno inicial, pois não se pode confiar nas informações que os dados imediatos fornecem. No entanto, esta captação provisória é necessária, pois permite que o objeto se manifeste, que se apresente, que não seja estranho ao sujeito, de modo a evitar que este, ao se defrontar com aquele, só veja aquilo que idealmente concebeu e não o que o objeto tem realmente a mostrar. A continuidade da relação entre o sujeito e o objeto de sua investigação promove o que Bachelard (2006, p. 17) chama de “sequência orgânica”.

O concreto é concreto já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. Para o pensamento [para o idealismo] constitui um processo de síntese e um resultado e não um ponto de partida. É para nós [materialistas históricos] o ponto de partida da realidade e, portanto, da percepção e da representação. No primeiro caso, a concepção plena se dissolve em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento (MARX, 1974, p. 38):

O movimento que vai do concreto ao concreto não é uma circularidade simples em que o sujeito pesquisador volta a encontrar o ponto de partida tal como o deixou. É um percurso dialético enriquecido com as múltiplas determinações do real que o sujeito foi capaz de desvendar e com as reelaborações que o sujeito foi capaz de fazer em suas reflexões, pois ambos, sujeito e objeto, se moveram no processo. Desta forma, o real concreto que o sujeito reencontra é apenas aparentemente o mesmo de onde ele saiu, pois o concreto não se apresenta mais ao sujeito em sua forma fenomênica e o sujeito não o percebe mais como conhecimento imediato. Ao reproduzir o concreto o sujeito o faz em sua forma apropriada pelo pensamento, como real pensado, elaborado, sintético, como totalidade síntese de sentido, pois o sentido do real deve ser buscado nele mesmo e não fora dele.

Como se nota, o concreto encontra-se no ponto de partida e no ponto de chegada. A primazia é, portanto, do objeto, pois é a partir dele que se pode elaborar conceitos e teorias, ou seja, que se pode apresentar no plano formal os resultados das investigações. Como afirmam Marx e Engels (1976, p. 8), a “exposição está naturalmente condicionada pelo seu objeto”. Contudo, se o real não for considerado pelo pesquisador em toda sua riqueza e extensão, o mesmo será abandonado como concreto e não será reencontrado no ponto de chegada do processo científico sequer em seu aspecto fenomênico, reduzido. Como argumenta Marx (1974), *a representação plena é volatilizada na determinação abstrata*. Deste modo, para a Epistemologia Crítica o concreto deve estar igualmente no ponto de saída (conhecimento imediato) e no de chegada (conhecimento mediado) do processo científico. Há aqui, contudo, uma

questão crucial que diferencia o método na Epistemologia Crítica com outros métodos: o concreto pensado é uma reprodução enriquecida do concreto no plano da consciência e não uma produção do concreto pela consciência.

De fato, ao contrário de outros métodos, para a Epistemologia Crítica não é o processo científico que constitui, que faz ou que produz o concreto, ainda que aparentemente seja assim que possa ser percebido em uma leitura apressada. Tampouco a primazia do real consiste em uma garantia de que todo o processo de investigação leve ao seu retorno (ao concreto). Métodos inspirados na primazia do real, no campo empírico, tais como o positivismo e o pragmatismo, partem do concreto imediato, porém o destroem analiticamente no curso do processo científico fixando abstrações, elaborando leis em decorrência de repetições causais diretas, enfim, produzindo e deduzindo o concreto partindo de determinações simples.

Métodos inspirados na primazia da ideia, da razão, tais como a fenomenologia, o funcionalismo e o estruturalismo, por seu turno, buscam conceber o real não a partir dele, mas como resultado do pensamento, das reduções, das suspensões, dos modelos (simulacros), das relações funcionais previamente esperadas, enfim, do pensamento que se move por si mesmo. Neste caso, é a condição de aprofundamento do pensamento em si mesmo sobre a coisa que produz o entendimento da coisa como resultado, ou seja, partindo da ideia para a coisa (objeto, concreto), avança-se para a coisa e retorna-se à ideia enriquecida da coisa. Não é o concreto que se desvenda e enriquece e nem o sujeito que se move, mas o pensamento sobre a coisa que se transforma a partir de si mesmo.

A questão que se coloca para o pesquisador em geral e para os que se dedicam aos Estudos Organizacionais em particular, passa a ser, então, como proceder na relação com o real a partir da primazia deste. Tal procedimento é o que se tentará propor, a seguir, identificando os três momentos da produção do conhecimento na perspectiva da Epistemologia Crítica.

3. Os Momentos Distintos da Produção do Conhecimento

Como indicado no início, toda a construção do conhecimento científico interdisciplinar, do ponto de vista da Epistemologia Crítica e da metodologia que lhe corresponde, se dá em momentos distintos, porém não lineares, da relação do sujeito pesquisador com o objeto (da consciência com a matéria). Para desenvolver esta concepção, foi necessário tomar de empréstimo, não de forma literal, as concepções nem sempre da mesma matriz epistemológica, de Bachelard (2006), com ênfase na ideia de conhecimento aproximado (BACHELARD, 2004); de Marx (1974; 1977), especialmente no Capítulo 8 da Contribuição à Crítica da Economia Política em que o mesmo descreve seu Método; de Pagès et alii (1987), especialmente no que se refere ao capítulo da Metodologia; e de Bourdieu et alii (1999). O que se procurará fazer aqui é uma proposição original sobre os momentos da prática da pesquisa, baseada em sua prática concreta, que não estão explicitados literalmente em nenhum destes autores, mas que empresta deles orientações epistemologicamente coerentesⁱⁱ.

Entende-se, a partir destes autores, que os momentos da pesquisa se diferenciam por suas características na relação objeto↔sujeito. Estes momentos podem ser classificados em três categorias de análise. A primeira corresponde a uma aproximação precária do sujeito pesquisador com o objeto de sua pesquisa no campo empírico definido (pré-sincrética); a segunda corresponde a uma aproximação deliberadamente construída, na qual se encontra o conhecimento valorizado pela relação entre o sujeito pesquisador e o objeto (sincrética); a terceira corresponde à apropriação do objeto pela consciência como produção do conhecimento propriamente científico (sintética). Todos

estes momentos são atravessados pela dialética, internamente e entre as mesmas, como se verá a seguir.

3.1. O Momento da Aproximação Precária

A aproximação precária ou a fase pré-sincrética da pesquisa refere-se ao primeiro momento da pesquisa. Neste momento, o sujeito não consegue apreender a realidade em profundidade, pois os diversos elementos constitutivos do real e suas relações aparecem de forma desorganizada, ininteligível, confusa, disforme e multifacetada. Neste momento, portanto, o sujeito pesquisador estabelece relações fenomênicas com o objeto, ou seja, o objeto se apresenta em sua condição aparente, de forma que o sujeito pesquisador adquire um conhecimento aproximado da coisa, mas não conhece a estrutura da coisa.

A aproximação precária corresponde a uma relação primeira do sujeito com o objeto de seu conhecimento, na qual não se processa uma elaboração científica, pelo sujeito, sobre o objeto e sobre o próprio pensar. O objeto precariamente percebido, o será, mesmo assim, a partir da ação do sujeito, com as estruturas do pensamento histórica e socialmente construídas. Da aproximação precária para a construção de um objeto elaborado, o sujeito necessitará refletir sobre sua percepção tanto quanto sobre o seu pensar. Assim, esta aproximação precária fornecerá os primeiros elementos de uma investigação, cabendo ao sujeito investigador ordenar estas primeiras informações e classificá-las, de forma a poder retornar ao real com seu esquema aprimorado, de modo a definir suas categorias de análise.

Para elaborar teoria o sujeito necessita seguir procedimentos reconhecidos pela ciência, mas para produzir conhecimento não. O conhecimento científico é uma ruptura em relação ao conhecimento fornecido pela aproximação precária, não obstante dependa deste para se materializar. A ciência é, assim, uma organizadora do conhecimento construído coletivamente, social e historicamente, mas é na produção do conhecimento que se pode permitir toda a criatividade do pensamento.

De fato, um primeiro contato do sujeito com o objeto, esta aproximação precária, se dá pela ação do sujeito (com suas estruturas de pensamento) sobre o objeto, o qual, contudo, neste nível da relação, aparecerá para o sujeito apenas com sua aparência mais imediata: a informação que o sujeito retira está na forma manifesta do objeto. Nesta fase ocorre uma percepção primária. Kosik (1976) chamará esta fase de fenomênica, ou seja, fase da percepção do objeto em si.

Percepção primária ou fenomênica é aquela na qual sujeito e objeto estabelecem uma relação frágil, em que a ação intelectual científica é pouco exigida. Se toda a relação encerrasse aí, o sujeito teria apenas tido informações acerca do objeto (objeto em si), mas não consciência do mesmo e de sua ação sobre ele (objeto para si), já que a tomada de consciência é uma reconstrução e, deste modo, uma construção original que se superpõe à construção devida à ação.

Quando o sujeito pesquisador se encontra pela primeira vez diante do real que pretende investigar o mesmo tem apenas uma noção geral, vaga e confusa sobre o mesmo. E, no entanto, esta é uma relação necessária. O que se cria, neste momento, é uma “ilusão”. “O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão”. Não se pode, pois, “continuar a ver na descrição, mesmo minuciosa, de um mundo imediato, mais do que uma *fenomenologia de trabalho*” (BACHELARD, 2006, p. 17). Esta noção ainda confusa se dá, portanto, em uma primeira aproximação entre o sujeito e o objeto que pretende investigar em que este busca, através de um conhecimento marcadamente sensível, ser “apresentado” ao objeto que investiga, visando alcançar a primeira objetividade. Isto porque, como sugere Bachelard (2006, p. 35), “se uma organização de

pensamento não pode ser a narrativa de um processo de pensamento, não é ainda uma organização racional”.

A aproximação precária pode ser planejada (ou intencional) e circunstancial (ou casual):

i. Aproximação precária planejada é aquela em que o pesquisador, tendo definido seu objeto de estudo e seu campo empírico, dirige-se a ele com intenção de conhecê-lo cientificamente, ou seja, o sujeito pesquisador planeja sua relação com o objeto ao conhecê-lo já como objeto naquele campo. Por exemplo, o pesquisador pretende estudar o processo de trabalho em uma unidade produtiva de produção flexível. Define sua abordagem como um estudo de caso aprofundado e escolhe como campo empírico a Fábrica de Veículos ABC que se localiza na Cidade XYZ. O conhecimento que o pesquisador tem sobre o tema escolhido decorre de leituras realizadas com intenção de conhecer o tema ou que o despertaram para o tema. O sujeito, assim, não se dirige ao seu objeto como um recipiente vazio a ser preenchido de empirismo. Ao mesmo tempo, não se dirige ao objeto com um esquema teórico pré-concebido (ou com um esquema pré-teórico), com seus conceitos, definições, categorias, formulários e modelos. É a interação com o real que permite ao sujeito, com o conhecimento social acumulado que já possui, evoluir para o conhecimento valorizado. A aproximação precária não é, como se pode perceber, uma atitude empirista. O que se valoriza na relação entre o sujeito pesquisador e o objeto de sua investigação é a primazia do real e não a intuição e a experimentação. Assim, o sujeito pesquisador não chega à percepção primária como uma tabula rasa, como supõe a concepção aristotélica. A primeira aproximação é uma forma de o pesquisador se relacionar abertamente com o objeto, sem conceitos prévios definidos, sem apriorismos categoriais, sem uma teoria limitadora, embora já realize sua aproximação a partir de um esquema teórico que construiu histórica e socialmente. O sujeito, portanto, chega ao objeto com um modo de pensar histórico e social, com o qual tentará organizar os novos conhecimentos fornecidos pelo objeto a partir do objeto;

ii. Aproximação precária circunstancial ou casual é aquela na qual o sujeito tem um conhecimento anterior do objeto e do campo empírico, porém não como objeto do conhecimento. A definição do objeto e do campo empírico provavelmente decorrerá do fato do sujeito pesquisador pretender estudar o que já conhece a partir de sua experiência social. Por exemplo, considerando o caso anterior, o sujeito trabalha ou trabalhou na Fábrica de Veículos ABC. Ao buscar desenvolver uma pesquisa, aproveitará este conhecimento aproximado, esta aproximação precária, na qual não conheceu o objeto como objeto de pesquisa, mas como objeto de trabalho, para evoluir em direção a uma aproximação de segunda ordem.

Em resumo, o real é a base da ciência para a Epistemologia Crítica e a relação do sujeito com o real é dialética. Entretanto, o conhecimento científico difere daquele imediatamente sensível do qual o sujeito não se apropria totalmente, porque o elabora apenas precariamente. A consciência imediatamente sensível é indiferenciada e vazia e, portanto, nega-se como consciência e como saber elaborado. Do ponto de vista do conhecimento científico, portanto, a primeira consciência do pesquisador resulta de uma “aproximação precária com o objeto”. Nesta fase da relação objeto↔sujeito o objeto escapa ao sujeito quando este o contradiz, quando este o enfrenta, o questiona, o submete às primeiras tensões. O objeto não se revela inteiramente ao sujeito senão em sua forma fenomênica e tampouco o sujeito apreende o objeto senão em sua forma aparente. Esta contradição desencadeia uma síntese primária em que o pesquisador é instado a refletir sobre o objeto, sobre si mesmo e sobre a relação dialética dele com o

objeto, o que lhe permite avaliar a ambos e suas relações. Como resultado desta síntese primária a percepção do sujeito acerca do objeto eleva-se para uma aproximação relativamente elaborada, em que sujeito e objeto movem-se em direção um ao outro, ainda sob tensão. A consciência sensível do sujeito é parcialmente preenchida à medida que o objeto vai se revelando em sua qualidade.

3.2. O Momento da Aproximação Deliberadamente Construída e do Conhecimento Valorizado

A aproximação secundária (segunda aproximação) ou deliberadamente construída corresponde ao momento em que o sujeito pesquisador, já tendo conhecido seu objeto no campo empírico, procura apropriar-se de conceitos, análises e estudos já produzidos para auxiliá-lo no aprofundamento de sua pesquisa. Trata-se de um momento sincrético, em que o pesquisador encontrará conceitos que o ajudam no entendimento da estrutura do objeto em sua totalidade cognoscível. Nesta fase, o pesquisador poderá observar que existem fatos para os quais não há ainda teoria consistente desenvolvida, o que o obrigará a desenvolver, ele mesmo, a teoria. Neste momento, ocorre um processo de tensão entre o pesquisador e o objeto ou, dito de outra forma, entre a matéria e a consciência, mediado pelo pensamento. O sujeito ainda não possui um domínio sobre o objeto em sua totalidade dinâmica sempre relativaⁱⁱⁱ, mas encontra-se em processo de construção da mesma. Este processo de construção deve desembocar em uma apropriação do objeto real pelo sujeito como objeto pensado, que é o terceiro momento da pesquisa.

Conhecimento valorizado é, portanto, aquele em que o sujeito, tendo refletido sobre o objeto que investiga e recorrido a teorias disponíveis na literatura para melhor entendê-lo, volta ao objeto, porém já não de maneira confusa e convencional. Esta volta já recorre a técnicas de pesquisa e já há uma problematização primariamente definida, pois a mesma ainda está em construção. O pesquisador delimita o objeto que investiga, separa o essencial do secundário, dá voz ao objeto de forma seletiva, de tal forma que o conhecimento se valoriza. Ocorre, nesta fase, uma tensão entre o conhecimento do sujeito pesquisador individual e o conhecimento coletivo científico, já que a aplicação concreta do conhecimento científico se dá através de um processo de criação intelectual no qual o sujeito organiza e sistematiza a apreensão do real pelo pensamento.

Se o sujeito reflete sobre o objeto e sobre sua ação relacionada ao mesmo, se há uma ação e uma reflexão (se há uma práxis), o objeto não se dá a conhecer mais ao sujeito em sua aparência imediata, pois que se trata, agora, de um objeto elaborado e, como tal, resultante da atividade do sujeito. Esta fase é sincrética porque o conhecimento é valorizado através de uma percepção elaborada. Esta fase é, portanto, aquela na qual o sujeito pode conceituar, descrever, organizar, classificar, enfim, pensar sobre o objeto e sobre sua ação, elaborar seu conhecimento, o que afetará seus modos de apropriação do real bem como as relações entre o sujeito e o objeto. Esta transformação na relação sujeito-objeto também afetará a percepção que o sujeito tem do objeto, em um processo dinâmico e dialético. Tal dinâmica é mais intensa quando o objeto é outro sujeito, que observa, percebe e pensa.

Nesta fase ocorre uma racionalização, pelo sujeito, sobre a forma de apreensão do objeto. Como afirma Bachelard (2006, p. 36), aqui “o racionalismo realiza-se na liberdade de interesses imediatos; coloca-se no reino de valores refletidos”, que podem ser considerados como “reino de reflexão sobre os valores do conhecimento”.

Resumidamente, a segunda fase do processo científico, para a Epistemologia Crítica, é aquela em que a relação dialética objeto↔sujeito é intensa e persistente, de maneira que mais e mais o objeto se revela ao sujeito e este mais e mais dele se

apropriada, porém agora como objeto relativamente elaborado. Sujeito e objeto movem-se à medida que o conhecimento eleva-se, aprofunda-se, estende-se e qualifica-se. A segunda fase do processo científico é a fase do conhecimento relativamente elaborado, renovado ou do conhecimento valorizado, que se constitui na negação do conhecimento imediato, da síntese primária conferida pela aproximação precária. Porém, este conhecimento renovado e valorizado que se opõe e se contradiz ao conhecimento precário, na medida em que o recusa e o enfrenta, forma com ele uma unidade necessária, pois o conhecimento renovado não existe sem o conhecimento precário, já que para negá-lo deve ser parte constitutiva deste. Quando o pesquisador se aprofunda no conhecimento do objeto ele coloca em tensão permanente o conhecimento renovado e valorizado com o conhecimento imediato, ou seja, tanto o objeto vai se dando a conhecer qualitativamente quanto o pesquisador vai renovando seu conhecimento sobre o objeto. Tal tensão faz suscitar uma síntese.

3.3. O Momento da Apropriação do Objeto pelo Pensamento e do Conhecimento Científico

Trata-se, neste terceiro momento, não mais de uma aproximação, mas de uma elevação do pensamento. É um momento em que o conhecimento produzido a partir do objeto recorre a métodos científicos e a procedimentos de apreensão e interpretação do real. Para Marx (1977), quando o homem constrói o quadro objetivo do mundo por meio da reflexão, o próprio ato de conhecer não só lhe permite mudar (ou intervir sobre) a realidade, como de fato a muda, pois o pensamento é parte desta realidade.

Chama-se aqui de conhecimento cientificamente apropriado, portanto, aquele em que ocorre uma apreensão científica do real, de forma que o objeto elaborado ou apreendido transforma-se em objeto teórico, em objeto construído segundo as regras da ciência. Para tanto, há um percurso que é necessário seguir e ao qual o sujeito deve submeter sua ação, seu fazer. Isto não significa, entretanto, a submissão do pensamento às técnicas de sua apreensão, sob pena de reduzir a teoria a uma simples reprodução condicionada externamente. As técnicas guiam o sujeito em sua relação com o objeto, mas não podem lhe limitar os movimentos.

Deste modo, partindo de relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas e de conceitos. Da totalidade estruturada a que se chega no segundo momento, passa-se à totalidade em movimento e, para que a mesma seja apreendida como tal, é necessário sistematizá-la através de categorias de análise fornecidas pelo real ele mesmo ao pensamento.

Estas considerações indicam precisamente que tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado estão em movimento e, portanto, em uma condição em que ambos se constroem durante a trajetória da investigação. A percepção do sujeito pesquisador e sua condição de interpretação do real movem-se à medida que investiga. Ao mesmo tempo, move-se o real, que não apenas fornece ao investigador novos elementos como revela a essência dialética dos seus elementos constitutivos: sujeito e objeto não se constituem em uma unidade, mas interagem dinâmica e contraditoriamente. A realidade independe do sujeito pesquisador, mas não é externa a ele, ainda que com ele não se venha a confundir. Se o sujeito e o objeto fossem uma unidade, uma única e mesma coisa, tanto o sujeito seria redutível ao objeto como este ao sujeito e, assim, toda a realidade seria plena e totalmente cognoscível em quaisquer circunstâncias.

A realidade existe conscientemente para o sujeito pesquisador quando o mesmo interage com ela e esta interação se dá por um processo no qual o pesquisador percebe o

real segundo um modo de apropriação que lhe é próprio, construído ao longo de seu desenvolvimento cognitivo e de suas relações histórico-sociais. Ao mesmo tempo em que se dá esta percepção, desencadeia-se uma reelaboração da leitura do real, pois quanto mais se aprofunda a interação dialética sujeito-objeto, mais este é dado a conhecer àquele, de forma que o sujeito pode cada vez mais dominar o objeto, mesmo sabendo que este domínio esteja indicando o quanto o objeto é ainda desconhecido para o sujeito. Deste modo, há um ponto em que o sujeito pesquisador entende ter alcançado o limite possível, objetivo e subjetivo, da sua investigação, operando um corte em suas dúvidas, corte sempre necessariamente arbitrário, embora justificado teórica e metodologicamente, e jamais definitivo.

Este terceiro momento não é, definitivamente, o da verdade absoluta e inquestionável, o momento da tese das teses, do último estágio do saber. É apenas um momento em que o pesquisador alcança o limite de sua compreensão e não o limite definitivo do entendimento da realidade. A produção do conhecimento, neste momento, mostra que as certezas contêm suas próprias dúvidas, que o que parece definitivo é apenas provisório e que a totalidade cognoscível é a superação da fragmentação encontrada no primeiro momento e da estrutura formal encontrada no segundo momento e não o saber absoluto de todo o real.

Em resumo, a superação da tensão entre o conhecimento precário e o conhecimento renovado e valorizado, a negação entre o conhecimento imediatamente sensível e o conhecimento relativamente elaborado, resulta na apropriação sintética definitiva (porém jamais final) do objeto pelo sujeito. Esta é a terceira fase do processo científico, a fase da síntese dialética do processo, na qual o pesquisador alcança o conhecimento da essência, que lhe permite elaborar os conceitos e organizar, enfim, a ideia da totalidade cognoscível do objeto (do objeto não fragmentado). Isto não é senão uma síntese dialética ou, em outros termos, não é senão o real concreto sintetizado na forma de real pensado. Nesta fase o pesquisador retorna ao real qualitativamente enriquecido, pois é a passagem do abstrato (do conceito) ao concreto que constitui “o método científico exato” (MARX, 1974).

4. Epistemologia Crítica e Momentos da Produção do Conhecimento Científico em Estudos Organizacionais: por uma conclusão

Como se pôde observar, em conclusão, os três momentos expressam diferentes fases do processo pelo qual o conhecimento científico em estudos Organizacionais é produzido pelo sujeito pesquisador no marco da Epistemologia Crítica. Não são momentos sequenciais e lineares. Passa-se de um ao outro em um movimento contínuo de ida e vinda. Em resumo, a fase pré-sincrética é a que antecede à apreensão da totalidade cognoscível. A realidade aparece em elementos distintos, desconectados e confusos. A fase sincrética é a que permite elaborar a concepção da totalidade cognoscível do objeto, na qual os elementos antes difusos são integrados e relacionados de forma a oferecer uma percepção do objeto, mas ainda não lhe permite compreendê-lo em movimento, ou seja, a visão de totalidade da estrutura não é ainda a da totalidade dinâmica do objeto. A fase sintética é a que permite elaborar a síntese do objeto não apenas em sua totalidade cognoscível, mas em seu movimento e em suas contradições internas; é o momento da apreensão do real concreto como real pensado. A apropriação sintética é definitiva no que se refere ao estágio da pesquisa em que o pesquisador encerra sua investigação. No entanto, tal apropriação jamais é final, porque o conhecimento se renova à medida que a ciência, a filosofia, a tecnologia, a cultura e a história avançam. De início, parte-se de uma realidade confusa, não organizada, sem clareza quanto ao seu conteúdo, em que prevalece a aparência externa do objeto, ou

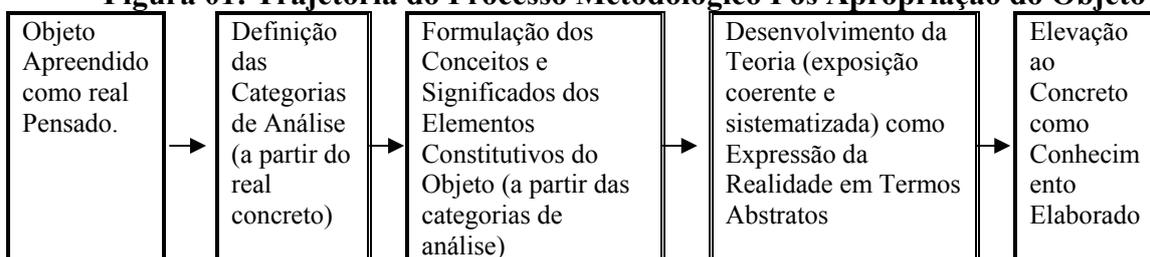
seja, o objeto se deixa ver em uma condição fenomênica, como coisa. Não se passa deste momento para o da apreensão elevada de maneira imediata. Há, necessariamente, um momento intermediário, na qual o pesquisador, já tendo refletido sobre o objeto e já tendo buscado definições, conceitos e análises disponíveis na literatura científica, volta ao objeto com o intuito de organizar e sistematizar a realidade pesquisada, de ultrapassar a leitura da forma, da aparência, para encontrar o conteúdo, a essência, a estrutura da coisa. Nesta fase, as contradições, embora não estejam ainda apropriadas pela consciência, aparecem reveladas ao sujeito pesquisador e seus significados tornam-se inteligíveis. O Quadro 01 e a Figura 01 resumem a proposta sobre os momentos da produção do conhecimento científico em Estudos Organizacionais, a partir de uma Epistemologia Crítica, aqui expostos.

Convém reafirmar, na apreciação do Quadro e da Figura, que a realidade em si mesma jamais é apreendida em sua totalidade concreta, ou seja, jamais é apreendida totalmente. A totalidade refere-se à recusa à fragmentação do objeto em partes e à análise de uma parcela do real sem levar em conta o todo. A totalidade, no sentido de uma apropriação absoluta do real, é inatingível. A totalidade, portanto, é a totalidade cognoscível, ou seja, apreendida relativamente, em sua redução pensada, abstrata. Parafraseando Spinoza, o conceito do cão não late. Neste caso a totalidade é sempre relativa à sua condição de apreensão como realidade pensada.

Quadro 01: Momentos da Produção do Conhecimento

MOMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO		
Aproximação Precária do Sujeito com o Objeto	Aproximação valorizada do Sujeito com o Objeto	Apropriação do Objeto pelo Sujeito
COMO O OBJETO APARECE AO SUJEITO		
Realidade confusa, disforme, sem identificação das relações internas e externas; real multifacetado, polissêmico.	Realidade cognoscível relativamente organizada e sistematizada; relações internas e externas explícitas; unidade diversificada e contradições reveladas; significados inteligíveis; totalidade formalmente estruturada.	Realidade cognoscível apreendida pela consciência; dinâmica das relações estabelecida; contradições identificadas; totalidade em movimento; real concreto como real pensado.

Figura 01: Trajetória do Processo Metodológico Pós Apropriação do Objeto



A realidade pensada é limitada em vários pontos, como, pela linguagem, pelos instrumentos de leitura (técnicas de coleta e tratamento de dados; equipamentos, aparelhos), pela teoria disponível, pelas condições internas objetivas e subjetivas do pesquisador e pelas formas como a realidade se defronta com o pesquisador (tensão dialética, contradições, acessibilidade, disponibilidade de informações, etc.).

A proposição dos três momentos da pesquisa em uma Epistemologia Crítica para os Estudos Organizacionais procurou sugerir que toda a pesquisa, nesta dimensão, é um

processo que tem o real como primazia e que a relação do sujeito pesquisador com o concreto não é direta, imediata, simples e definitiva. Há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade que o mesmo estuda para que este possa apreendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória e não apenas em sua aparência fenomênica.

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. Ensaio sobre o conhecimento aproximado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- _____. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo : preliminares epistemológicas. Petrópolis : Vozes, 1999.
- CALVEZ, Jean Yves. La pensée de Karl Marx. Paris: Éditions de Seuil, 1959.
- ENGELS, F. Anti Düring. Porto: Presença, 1979.
- GRAYLING, A C. Epistemology. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996. Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr. <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/grayling.htm>
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- KOYRÉ, Alexandre. Estudos de história do pensamento científico. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- LECOURT, Dominique. Para uma crítica da epistemologia. 2ª. Ed. Lisboa: Assirio e Alvim, 1980.
- MARX, Karl. O Método na Economia Política. Lisboa: Venda Nova – Amadora, 1974.
- _____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. Obras escolhidas, Tomo I, Lisboa, Avante, 1982, pp. 1-3
- _____; ENGELS, Friedrich. A sagrada família. Porto: Presença, 1976.
- PAGÈS, Max; BONETTI, M; GAULEJAC, V. De ; DESCENDRE, D. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

ⁱ Isto não significa a defesa da concepção da uma tábula rasa. Todo o sujeito pesquisador traz consigo teorias, metodologias, valores, experiências, decorrentes de suas relações sociais e daquelas legadas pela história e pela cultura. O que se argumenta, aqui, é a recusa a um pensamento preconceituoso, pré-concebido, pré-elaborado sobre o objeto antes de se estabelecer com ele uma relação dialética.

ⁱⁱ A ausência de citações diretas não é nenhum descuido. Trata-se de uma elaboração original que sintetiza as contribuições assinaladas, mas que não as reproduz *ipsis litteris*.

ⁱⁱⁱ Um objeto plenamente cognoscível não é um objeto que se possa conhecer em sua totalidade. Isto não ocorre somente porque ao abstrair já se reduz o real ao pensamento. Isto ocorre também porque o conhecimento é sempre relativo ao estágio de evolução da ciência, à capacidade do pesquisador, ao momento e às condições histórico-sociais, aos instrumentos de pesquisa, entre outros fatores que interferem na relação do sujeito com o objeto.